

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO POVOADO BREJO FUNDO NO MUNICÍPIO DE RIO SONO – TOCANTINS

HISTORY OF EDUCATION IN THE POVOADO BREJO FUNDO IN THE MUNICIPALITY OF RIO SONO – TOCANTINS

Leila Curcino Alves 1

Resumo: O presente artigo evidência uma reflexão sobre a História da Educação do Povoado Brejo Fundo, localizado no município de Rio Sono – Tocantins, conforme a realidade da educação no campo, envolvendo os diversos agentes que fazem parte da realidade escolar como: pais, alunos e comunidade escolar. Considerando como ponto fundamental a compreensão de que a escola deve possuir uma identidade própria que se constitui sob a influência dessa realidade local. Tendo em vista que a educação no campo precisa de um trabalho mais abrangente para que possa convergir rumo à concretização da escola autônoma. Este trabalho tem como embasamento teórico autores como: Damasceno (2006), com as discussões sobre a realidade da educação rural; Ilma Passos (1995) que discute a construção do projeto político pedagógico e Moacir Gadotti (1994) discutindo os pressupostos do projeto pedagógico. Como procedimentos metodológicos foram realizadas reuniões com os servidores, pais e alunos da escola e aplicou-se questionários como instrumento de coleta de dados, pelo fato de ser pesquisa de campo e bibliográfica. Conclui-se que a história da educação no Povoado Brejo Fundo foi um processo necessário pela implantação de uma proposta pedagógica de acordo com a realidade de Unidade de Ensino situada no meio rural.

Palavras-chave: História da Educação. Povoado Brejo Fundo. Projeto Político Pedagógico.

Abstract: The present article shows a reflection on the History of the Brejo Fundo Village Education, located in the city of Rio Sono - Tocantins, according to the reality of rural education, involving the various agents that are part of the school reality, such as parents, students and community. school Considering as a fundamental point the understanding that the school must have its own identity that is under the influence of this local reality. Given that education in the field needs more comprehensive work so that it can converge towards the realization of the autonomous school. This paper is based on authors such as: Damasceno (2006), with discussions about the reality of rural education; Ilma Passos (1995) discusses the construction of the pedagogical political project and Moacir Gadotti (1994) discussing the assumptions of the pedagogical project. As methodological procedures were held meetings with the servers, parents and students of the school and questionnaires were applied as a data collection instrument, because it is field research and bibliographic. It can be concluded that the history of education in the Brejo Fundo settlement was a necessary process for the implementation of a pedagogical proposal in accordance with the reality of a rural teaching unit.

Keywords: History of Education. Brejo Fundo Village. Pedagogical Political Project.

Introdução

A escola tem como objetivo estimular e desenvolver a cidadania e proporcionar a sua comunidade estudantil, situações em que tenham oportunidades de adquirir valores e conhecimentos básicos para viver em sociedade. Deve ter atitudes e habilidades necessárias para que cada aluno possa vir a participar plena e efetivamente da vida política, econômica e social do país.

Para realizar essa função social, é preciso propor situações em que os educandos possam participar de projetos coletivos de interesse da escola e da comunidade, exercitar-se na autonomia de uma convivência social saudável, expressar livremente suas ideias e opiniões, aprender a ouvir e debater, estabelecendo com isso uma atitude para com o saber e o conhecimento que eleve o desejo de querer aprender sempre mais.

O presente artigo é resultado de nossas reflexões em torno da História da Educação no Povoado Brejo Fundo, localizada no município de Rio Sono, mediada pelo debate do resgate histórico da formação da cidade e da Escola Municipal Bernardo Guimarães. Trata-se de uma escola rural na qual faltava (e ainda falta) infraestrutura e/ou preocupação com a qualificação dos educadores e educandos que viviam (vivem) na zona rural.

A pesquisa foi realizada através do estudo de uma literatura que nos ajudou a entender a história da escola na história do povoado e da cidade e os dados da pesquisa de campo foram coletados através de questionários aplicados a integrantes da comunidade escolar. O texto está organizado em quatro tópicos que apresentam a história da formação do município de Rio Sono, do Povoado Brejo Fundo e da Escola, bem como o debate da educação do campo enfocando a Pedagogia da Alternância no povoado e a reestruturação do projeto pedagógico da Escola Municipal Bernardo Guimarães, local desse estudo.

Histórico do município de Rio Sono - Tocantins

Em 1954 quando foi instalado o município de Lizarda, na margem direita do rio Tocantins, na divisa com os Estado do Maranhão, foi eleito o fazendeiro Demerville Alves Bezerra, nascido na fazenda Boa Esperança, no mesmo município de Lizarda. Sabe-se que foi prefeito no início da emancipação de Lizarda o Senhor Antoninho Medeiro; mas não foi encontrado dados sobre o período exato do seu mandato.

No ano de 1960, Demerville Bezerra, criou a iniciativa de instalação de um povoado na confluência (barra) dos Rios Perdido (antigo Rio Santa Maria) e Rio do Sono. Demerville construiu primeiro na foz dos dois rios uma pista de pouso e um grupo escolar que teve como primeira professora a Senhora Djanira Holanda Lopes.

O município de Lizarda antes da sua emancipação política pertencia ao município de Pedro Afonso e se chamava Boa Sorte. Pedro Afonso, antes fazia parte do município de porto Nacional. Sendo assim a região de Rio Sono que já foi Lizarda também já fez parte de Pedro Afonso e antes de Porto Nacional. É bom lembrar que o povoado Rio Sono, antes da sua emancipação também era chamado Barra do Rio em função de está situado na foz dos Rios do Sono e Perdido.

Uma curiosidade, em função de disputa política do prefeito da época Demerville Bezerra com grupos políticos de Lizarda e pelo fato do povoado Rio Sono ficar mais bem localizado, Demeville fez mobilização e conseguiu em 04 de março de 1965 através da Lei Estadual de Goiás nº 5.752 transferir a sede do município para Rio Sono, sem mudar a denominação do município, fato que acirrou ainda mais a disputa política com os líderes de Lizarda, pois com isso a verdadeira sede ficava sem o centro administrativo.

Em quinze de novembro de 1965 foi eleito prefeito de Lizarda o também fazendeiro Antônio Luiz de Sousa Lustosa, que retornou a sede do município para Lizarda. Nas eleições de 15 de novembro de 1969 foi eleito a prefeito de Lizarda o filho de Demerville, o Senhor Altamir Alves Bezerra, que mesmo sem mudar oficialmente a sede para Rio Sono, centralizou os trabalhos administrativos no antigo povoado, promovendo assim um considerável desenvolvimento em Rio Sono. Altamir construiu um posto de saúde, um gabinete odontológico que ficou a cargo do dentista prático Desidério Barros de Melo. Na sequência das administrações do município de Lizarda vieram os

seguintes gestores: em 1973 foi eleito o fazendeiro Salomão Neres de Mora, que governou até o final de 1977, fazendo alguns investimentos no município, como iluminação pública, mercado municipal e outros. Em seguida foi eleito prefeito novamente Altamir Bezerra, que governou até 1982, nesse mandato Altamir conseguiu um posto da Fundação SESP, implantou o serviço de abastecimento de água encanada sem tratamento e ampliou o serviço dentário. Foi implantado nesse período o ensino fundamental (5ª a 8ª série) e ensino médio (2º Grau). Entre outros melhoramentos na zona rural, foram construídas pontes e estradas vicinais com pouca estrutura, mas fundamentais para a época. Nos primeiros anos da década de oitenta foram regularizadas as terras do município, através do Instituto de Desenvolvimento Agrária de Goiás (IDAGO) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No ano de 1981 foi realizado um abaixo-assinado datado de 25 de maio de 1981 encabeçado pelo prefeito Altamir Alves Bezerra, que colheu 200 assinaturas as quais solicitavam o pedido de emancipação de Rio Sono. Depois de muita insistência do senhor prefeito, juntos aos órgãos governamentais executivos e legislativos do Estado de Goiás, foi autorizado por aqueles órgãos a realização de um plebiscito que foi realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, ocorrido em 11 de maio de 1982, quando a população de todo o município de Lizarda na sua maioria votou a favor da emancipação de Rio Sono. Com o resultado positivo do plebiscito, foi aprovada a Lei nº 9.185, de 14 de maio de 1982, que foi publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 13.999.

Em 15 de novembro de 1982 nas eleições para prefeito, foi eleito o professor Raimundo Campos de Arruda, como primeiro prefeito do recém-criado município de Rio Sono. Raimundo Campos governou por seis anos, melhorando o setor da educação entre outros e construiu o 1º Hospital Municipal da cidade. Em 15 de novembro de 1988 voltou ao executivo o Sr. Altamir Alves Bezerra, que disputou a eleição com o fazendeiro Sebastião Guerreiro personagem vindo há poucos anos do Estado de Goiás.

Em 1992 foi eleito o médico Arnon Bezerra, que governou até o final de 1996, fazendo um mandato sem muitos investimentos e muito polêmico, tendo como uma das marcas de seu governo o endurecimento contra seus opositores, chegando ao ponto de pagar um salário bem inferior aos vereadores que lhe faziam oposição em comparação aos da situação. Depois de Arnon Coêlho Bezerra, tomou posse em 1º de janeiro de 1997 a Professora Iraci Guimarães Campos eleita em novembro de 1996. Iraci foi reeleita em 2000 e suas eleições quebrou um longo ciclo de governos comandados por membros da família Bezerra. Os mandatos da professora Iraci foram significativos para a mudança de concepção administrativa em Rio Sono. Com alguns esforços e através de recursos próprios e de convênios, Iraci conseguiu estruturar significativamente a prefeitura e implantar algumas políticas públicas, que não existiam antes no município. Mas apesar disso terminou seu mandato de forma melancólica, deixando a prefeitura com algumas inadimplências e com isso favoreceu a eleição em 2004 do odontólogo Francisco Bezerra e a volta de um membro da família Bezerra, que apesar de pertencer ao segmento dos velhos mandatários, teve a diferença de demonstrar uma visão mais moderna e adequada para os tempos atuais. Ao decorrer o mandato de Francisco Bezerra (Chico Dentista) como é mais conhecido, foi percebido que a aparente modernidade, não se confirmou e o prefeito em quatro anos de mandato não correspondeu as expectativas da população. Mesmo com um mandato que não apresentou quase nenhum feito, Chico Dentista se reelegeu na eleição de 2008, apesar de ter recebido muitas denúncias de fraude na campanha entre outros questionamentos. Chico Dentista chegou a ser afastado duas vezes pelo juiz eleitoral da comarca de Pedro Afonso, mas foi absolvido no Tribunal Regional Eleitoral em Palmas sendo que em seguida o PMDB recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e novamente o mandato de Chico Dentista foi mantido. No decorrer do mandato várias denúncias surgiram sobre diversas irregularidades na sua administração, como por exemplo, a de liberação de cheques sem fundos dentre outras irregularidades. Chegou ao ponto da juíza do Fórum de Tocantínia afastá-lo do mandato por um prazo de 6 meses enquanto sua situação fosse julgada, após julgamento continuou afastado até o final do mandato. Nesse período assumiu a prefeitura a vice-prefeita Deusdivina Francisco da Rocha, Democratas. Em 2013 tomou posse o então prefeito Roberto Campos Guimarães do PR, com mandato previsto até o final de 2016.

O processo de formação do Povoado Brejo Fundo e sua escola

O Povoado Brejo Fundo Zona Rural localizado a 51 km da sede do Município de Rio Sono e 135 km de Palmas capital do Tocantins, é situado na região norte, a leste do Estado do Tocantins, sendo seu clima tropical. Limita-se entre as cidades de Rio Sono e Novo Acordo, com rodovias em condições de tráfego precárias. Este povoado está cercado por dois riachos: Brejo Fundo e Riacho de Areia, esta comunidade ainda está em fase de construção. Tudo começou em abril de 1994 quando foi implantado a Escola Municipal Bernardo Guimarães, onde as famílias que residiam nas fazendas e cidades próximas se mudaram em função do estudo dos filhos, nesta época não tinha ônibus escolar que pudesse transportar seus filhos até a escola, dessa forma foi se tornando um povoado aglomerado pelas famílias dos alunos e dos profissionais da educação, tornando hoje uma comunidade com aproximadamente 200 famílias e inúmeras chácaras e fazendas circunvizinhas. A demanda escolar em Brejo Fundo é atendida apenas por esta escola, por ser um local iniciante recebe alunos inclusive de outros municípios. A agricultura, o comércio e a pecuária formam a base da economia do povoado. A população brejofundense é alegre, apesar da condição socioeconômica se constituir de classe média/baixa.

Esta escola começou a funcionar em 1986, com o nome Bernardo Guimarães na Fazenda Santa Rita, região de Canjarana Município de Rio Sono, Tocantins. Após foi transferida para Rio Sono, permaneceu por dois anos, ficou paralisada num período de três anos por não ter demanda suficiente para seu funcionamento, em 1992, foi transferida para Fazenda Grota Azul onde passou a funcionar normalmente. Em 1994 foi transferida para o Povoado Brejo Fundo onde funcionava em sua sede própria apenas com a primeira fase tendo como a primeira diretora a professora Eva Pereira Trindade Ramos, juntamente com a equipe de professoras: Deusélia Pereira Batista, Deuserina Alves Soares Sousa, Juscivânia Curcino da Silva, Ilda Pereira Bezerra e Vanusa Bekman.

Suas dependências contavam com três salas de aulas, uma cantina, uma sala de professores, dois banheiros, e um galpão com duas salas de aula, e outra sala de aula ficava em casa de família, todas funcionavam no período matutino, com aproximadamente 80 alunos.

No ano de 1998, assume a direção da mesma a professora, Iraci de Alencar e Moura, permanecendo no cargo até junho de 2004 sendo afastada por motivos particulares, e foi substituído pelo professor Salomão Guimarães Araújo e Moura, até dezembro do decorrente ano, neste período foi implantado gradativamente o ensino fundamental segunda fase, por isso o número de aluno foi crescente.

Em janeiro de 2005, dando continuidade, assumiu a direção a professora Leila Curcino Alves, trabalhando com inovações modernas, vivenciando juntamente com docentes, discentes e todo o corpo de funcionários de forma democrática, com realizações de projetos e outros.

Em 2006 com aumento do número de alunos a escola passou por reformas nos pavilhões, onde construiu sala de professores, banheiros para funcionários, mais duas salas de aula. Contando com seis salas de aula, biblioteca, sala de direção, secretaria, cantina dois depósitos e sanitário masculino e feminino, sua área é toda murada. Em 2007 implantou-se uma tele sala de nível superior pela Educon/Unitins, ofertando o curso de Normal Superior.

Em 2011 assumiu a direção a professora Lílisa Rodrigues Lima dando continuidade aos Projetos e melhoria na Unidade de Ensino. Na qual reformou toda estrutura física da Unidade de Ensino, bem como a conclusão da biblioteca.

Em 2013 o Professor Jonas da Silva Neres assumiu a direção da escola no qual em 2015 implantou a modalidade de Pedagogia da Alternância.

De 2016 a 2020 voltou a assumir a direção da escola a professora Lílisa Rodrigues Lima e de 2020 até o momento está como diretora a senhora Iraci de Alencar e Moura.

A Escola municipal Bernardo Guimarães está regulamentada pela Lei 16A/86, de 01.04.1986. Identificada pelo código do INEP Nº 17031656, localizada na Av. Brejo Fundo s/n Povoado Brejo Fundo Município de Rio Sono.

As modalidades oferecidas pela escola citada são: Creche - Educação Infantil 02 e 03 anos, Pré-Escolar I e II, Ensino Fundamental 1ª e 2ª Fase, e Ensino Médio, PARECER/ SEDUC/ COEME/ Nº 074/2004. No qual esta modalidade é uma extensão do Colégio Estadual de Rio Sono e está sendo desenvolvido nesta escola. Estas Modalidades estão distribuídas nos três turnos – matutino

vespertino e noturno, sendo: duas semanas alternadas para fundamental I e duas semanas alternadas para fundamental II e o ensino médio diariamente no período noturno atendendo aproximadamente 350 alunos, distribuídos em 18 turmas.

A escola atende a uma clientela com idades de 02 a 45 anos de idade, distribuídos nos períodos matutino, vespertino e noturno. Os 350 alunos estão divididos em: Creche, educação infantil, ensino fundamental 1ª fase 140 alunos, ensino fundamental 2ª fase, cinco turmas com 110 alunos. No turno noturno ensino Médio três turmas com 70 alunos e duas turmas da Modalidade Brasil Alfabetizado 30 alunos, todos são pertencentes à zona rural do Município de Rio Sono.

O quadro funcional administrativo da escola possui um total de 34 funcionários e está distribuído da seguinte forma: 01 Diretor com curso Superior em Normal Superior, 01 Secretária formado em Normal Superior, 03 Coordenadores Pedagógicos formadas em pedagogia, 01 Coordenadora de Apoio, formada em Letras, 01 Bibliotecária, graduada em Letras, 01 Assistente de Secretária, 05 Técnicos em infraestrutura, 04 técnicas em alimentação escolar e 02 Vigias. O corpo docente é composto por 16 professores, todos com Ensino Superior completo e alguns pós-graduados, com este quadro de professores, a escola supre todas as necessidades no que se refere ao corpo docente.

A Escola Municipal Bernardo Guimarães, tinha um PPP sistematizado, porém após a implantação da nova modalidade de ensino Pedagogia da Alternância foi preciso a reestruturação do mesmo incluindo suas ações conforme o calendário da nova modalidade pois o atual que não condizia com a realidade de uma escola do campo de Pedagogia da Alternância, com isso trazia consequências na frequência e no aprendizado dos alunos. Como diz (VEIGA,1995, p.12): "Nesta perspectiva, o Projeto Político Pedagógico vai além de um simples argumento de planos de ensino e de atividades diversas". Para Veiga, o PPP não está centrado em um amontoado de palavras argumentativas, mas sim, em um veículo norteador de toda base de ensino da Instituição para qual ele foi elaborado.

A Educação do campo na modalidade pedagogia da alternância no Povoado Brejo Fundo

Sabe-se das diferenças de realidades que envolvem o meio rural e o urbano, e infelizmente no Município de Rio Sono em especial no Povoado Brejo Fundo onde situa a Escola Municipal Bernardo Guimarães ainda não existe políticas públicas voltadas para educação desta escola e sua população.

Foi nos estudos de Damasceno (2006) que encontrou-se algumas discussões sobre a realidade da educação rural. Entretanto, é importante salientar que esses estudos são referentes ao período de 1980 a 1990. De acordo com a autora, não existem muitos estudos divulgados sobre a educação rural, fato que ela explica através de alguns fatores tais como: 1) A sociedade capitalista e seus interesses em que as políticas são definidas em função do poder de barganha dos setores economicamente envolvidos e não pelo percentual das necessidades de certos grupos ou classes; 2) O preconceito contribui para que a educação rural seja negligenciada devido ao valor que a ela é relegada, ou seja, o trabalhador rural não tem necessidade de estudo; 3) A questão geográfica, pois realizar pesquisas na zona rural demanda investimentos mais onerosos se comparados com pesquisas que são desenvolvidas na zona urbana, pois aqui os acessos aos meios de comunicação e transporte são facilitados pela infraestrutura. Fatores como esses ajudam a deixar no esquecimento a educação em escolas do campo e, conseqüentemente, não chama a atenção do governo para a importância de investimentos nesse setor. Porém, ao analisar os conteúdos das publicações existentes, a autora expressa que é visível as mudanças ocorridas em relação às políticas públicas para a educação rural, baseada nas mudanças sociais que vêm ocorrendo na sociedade em geral.

Nessa direção foi assumido um compromisso nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovadas pela Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de abril de 2002. Cabe salientar que a sua implementação foi e ainda é uma reivindicação histórica dos movimentos sociais do campo, e suas orientações referem-se às responsabilidades dos diversos sistemas de ensino com o atendimento escolar. Da Resolução acima citada retirou-se o seguinte trecho, a relevância do olhar na educação do campo:

E, neste ponto, o que está em jogo é definir, em primeiro lugar, aquilo no qual se pretende ser incluído, respeitando-se a diversidade e acolhendo as diferenças sem transformá-las em desigualdades. A discussão da temática tem a ver, neste particular, com a cidadania e a democracia, no âmbito de um projeto de desenvolvimento em que as pessoas se inscrevem como sujeitos de direito. Assim, a decisão de propor diretrizes operacionais para a educação básica do campo supõe em primeiro lugar a identificação de um modo próprio de vida social e de utilização do espaço, delimitando o que é rural e urbano sem perder de vista o nacional (CNE/CEB, 2001:18).

O que se pode perceber, é que poderá derivar da integração escola/campo princípios de um novo fazer pedagógico que envolva os educadores e educandos com as experiências cotidianas vividas em seu contexto de origem, seus valores e sua realidade. Apesar das conquistas legais para a educação do campo, percebe-se ainda a falta de compromisso por parte de alguns governantes com essa realidade. Sabe-se, porém, que o compromisso com a educação não tem apenas um fator determinante, mas é um problema político, social e econômico.

A história da educação da Escola Municipal Bernardo Guimarães foi planejada com ações relevantes e com grandes chances de serem realizadas, pois o projeto será empregado na busca de grandes melhorias para esta escola. Para Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

Seguindo o pensamento de Gadotti, a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, em seu artigo 12, inciso I, Prevê que, “os estabelecimentos de ensino, respeitados as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir das reflexões sobre sua intencionalidade educativa.

O projeto de Pedagogia da Alternância passou a ser objeto prioritário de estudos e de muita discussão sendo construído com a participação de todos os profissionais da instituição.

Entendeu-se como uma forma concreta de planejar a organização da escola Municipal Bernardo Guimarães evidenciando assim, os interesses, desejos e propostas dos educadores, educandos, pais e comunidade sendo um importante caminho para a construção da instituição, pois é um instrumento eficiente para a transformação da realidade da escola.

A Pedagogia da Alternância trata-se, portanto, de uma formação com períodos alternados de vivência e estudo na Escola e na família, acompanhados pelos monitores. Esta pedagogia permite uma formação global onde à experiência e a sistematização ficam presentes; da experiência brotam os novos conhecimentos que são retomados pela escola para aplicação imediata em outras situações de aprendizagem. Por meio da Alternância o aluno analisa sua realidade através das atividades trabalhadas nos períodos escolares e a partir de observações constantes que faz no meio sócio profissional, no meio familiar. A Pedagogia da Alternância permite que os conteúdos de ensino da Escola Família Agrícola sejam verdadeiramente vinculados ao meio de vida do aluno. A família, a propriedade não é apenas o lugar onde o aluno vai colocar em prática as suas experiências escolares, mas é o lugar onde o aluno vai incorporar ao seu trabalho as interrogações e as preocupações levantadas nas reflexões feitas na escola. A família, ou o meio sócio profissional é reconhecido pela

Pedagogia da Alternância também como locus de formação do aluno, é nela, a partir do trabalho no seu meio que emergirão os questionamentos que necessitarão de aprofundamento e pesquisa na escola. É uma formação que contempla ação-reflexão-ação, num processo contínuo e interminável, pois pressupõe que aprender é inerente à vida humana e que todo homem aprende sempre.

Essa é a beleza de nossa educação! Entendemos que a Pedagogia da Alternância tem pressupostos básicos comungados por todos que a conhecem em sua gênese e que buscam manter sua fidedignidade para não perder o foco. Porém, as apropriações realizadas pelas diferentes unidades proporcionam o enriquecimento dessa prática e comprovam o discurso de que ela, a PA, é viva, dinâmica, própria e apropriada aos sujeitos do campo.

Na escola, os alunos alternam períodos de duas semanas na instituição e duas em casa. Enquanto estão na unidade, eles têm aulas das 7h30 às 12h e das 13h às 15h45. No restante do tempo, têm disciplinas como educação ambiental, agroecologia. Os funcionários e professores são os responsáveis, mas os alunos participam de tudo. Quando o dia acaba, todos se dirigem as suas residências. Diante de uma rotina tão distinta, o trabalho dos professores também muda bastante. A começar por um ponto básico: em duas semanas por mês para cada modalidade de ensino os professores elaboram seus planos de aula e projetos e, eventualmente, visitam as comunidades atendidas pela escola. A visita é fundamental para o professor saber o que pode ou não exigir do aluno enquanto está em casa. No ensino tradicional, os alunos tendem a dispersar, mas as atividades práticas servem de fio condutor. Toda vez que a turma está para voltar para casa, pensa-se em um tema do eixo norteador que possa ser visto na prática. Um exemplo é a erosão. O fenômeno e os riscos que ele traz, depois ensina a reproduzi-lo em um pequeno espaço da horta, retirando raízes e acrescentando água. Os alunos fazem e nunca se esquecem. A Alternância, valoriza o trabalho no campo. A maioria das escolas estigmatiza o agricultor. As crianças são levadas a pensar que trabalhar na roça é para quem não tem estudo. Um erro. O conhecimento é útil em todas as áreas. O Brasil, especialmente, precisa de pessoas bem formadas para esse setor porque 80% dos municípios têm uma economia essencialmente rural. Os professores utilizam o diálogo constante com os alunos para entender seu cotidiano. Daí cria problemas com cabeças de boi e dúzias de frutas ou divisão de espaços semelhantes ao que fazem em casa. Explicam como funciona a reforma agrária, as dificuldades que passam nos assentamentos e como fazem para contornar. Se ensina, mas também aprende muito.

O apoio oficial à Alternância ainda gera polêmica. Há a preocupação de que o método perpetue crianças e adolescentes no campo - caso em que a Educação não cumpriria seu papel de ampliar possibilidades. Segundo o diretor de Educação para a Diversidade do MEC, Armênio Bello Schmidt, os resultados mostram o contrário. “Cerca de 70% dos alunos de Alternância ingressam no Ensino Superior. Nas escolas públicas, esse índice é inferior a 60%”, garante. Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UEB), Neurilene Martins Ribeiro afirma que o tema precisa de mais debate antes de se tornar uma política pública. Ela estudou a rotina de escolas rurais da chapada Diamantina e tem dúvidas sobre a aplicação da Alternância. “Por um lado, nossas políticas são muito urbano-centristas e precisamos valorizar o meio rural. Por outro, esse método pode acentuar a separação entre cidade e campo”, conclui.

Da teoria à prática na reelaboração do projeto político pedagógico da pedagogia da alternância: pesquisa de campo

No processo de elaboração do PPP da escola a equipe gestora organizou vários momentos de participação com todos os autores do cotidiano escolar e comunidade local para elaboração do PPP de maneira coletiva e democrática, com o objetivo de buscar uma identidade real, evidenciando um olhar diferenciado a realidade desta escola do campo, esta reelaboração foi com base na proposta pedagógica, referencial curricular e no calendário próprio com as devidas alterações como escola do campo na metodologia de Pedagogia de Alternância, foi um planejamento flexível, pois poderão sofrer variações devidas os diversos fatores, desde o nível de aprendizado até o tempo disponível.

O Projeto Político Pedagógico é uma atribuição legal conferida a escola pela lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 para os estabelecimentos de ensino, ampliando o papel da escola diante da sociedade e colocando-a como centro de atenção das políticas educacionais mais gerais. Ainda

sugere o fortalecimento da sua autonomia, delegando aos que fazem à escola (comunidade interna e externa) a tarefa da reelaboração do projeto político-pedagógico. Nos seus artigos 12 e 13 regulamenta a participação dos docentes na elaboração da proposta pedagógica das instituições as quais fazem parte. Dando continuidade em seu Art. 14 assegura aos sistemas de ensino a autonomia de sistematização dos seus Projetos Pedagógicos, assim exposto na lei:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola (LDB 9.394/96 Art. 12, 13,14).

Portanto seguindo esta linha, para o cumprimento ao disposto instituído nesta lei, procurou oficializar sua concepção de educação e conseqüentemente de cidadão a ser formado, para a sociedade atual. Dentro deste contexto sistematizou a reelaboração do seu Projeto Político Pedagógico, com ações necessárias para a melhoria da instituição bem como uma melhor organização do trabalho pedagógico e administrativo evidenciando através dessas ações uma escola do campo com pedagogia da alternância.

A escola realizou várias reuniões com o objetivo de reelaborar o seu PPP. Uma dessas reuniões foi organizada com a equipe pedagógica e administrativa da escola e o conselho escolar para exposição da necessidade da reelaboração com a argumentação de que nossa visão de mundo sempre muda e que nossas ações precisam ser sempre revistas. Foi apresentado a equipe uma proposta de Pedagogia da Alternância para elaboração do PPP. Expondo a necessidade desse projeto para a melhoria da escola e que ele será a alma da instituição, pois expressa o pensamento e os anseios coletivos de toda uma equipe, uma vez que, tudo que é feito em equipe acaba definindo a visão de todos democraticamente e conseqüentemente se tem um resultado positivo.

Para operacionalizar as atividades de reelaboração do PPP a escola optou pela aplicação de questionários, que foram direcionados aos servidores, alunos e pais. Como metodologia de aplicação dos questionários se deu da seguinte forma: Aos professores foram aplicados no momento do planejamento, aos servidores através de reuniões. A estratégia de leitura e análise de cada passo do PPP construído em anos anteriores, desde o seu marco referencial teórico, aos planos de ação de cada uma das dimensões da escola como: Plano de trabalho da gestão, plano da coordenação pedagógica e de apoio. Por ocasião dessa leitura e análise do PPP existente, os aspectos que não atendiam as demandas atuais da comunidade foram reestruturados. A revista gestão em rede, nesse sentido aborda que:

A escola, na qual as famílias se integram, tem uma tradição e um presente que garantem a concretização de esperanças. A experiência tem mostrado ao longo do tempo que sistemas educacionais que deram certo, e continuam dando certo, são aqueles que os pais participam da educação de seus filhos. Esta participação redonda qualidade educativa da escola (REVISTA GESTÃO EM REDE, agosto de 2005, p. 12).

Certamente os pais precisam perceber a importância de sua participação no processo de aprendizagem dos filhos. Conscientizá-los, por exemplo, de que o binômio família- comunidade é importante para manter um bom relacionamento com a escola, e não se restringe apenas a reclamações que dizem respeito ao comportamento dos alunos. Mas, o que se observa, é que a comunidade não se deu conta ainda da importância da escola como fator de transformação do ser humano e da sociedade.

Quanto à participação da família no cotidiano escolar percebeu-se dificuldades devido à maioria dos pais residirem nas fazendas não tendo assim a oportunidade de acompanhar seus filhos com mais frequência, por essa razão a participação dos pais e comunidade em geral nesse

processo de reelaboração acabou sendo um pouco complicado, pois a adequação de horário para as reuniões nem sempre coincidia com o horário disponível dos pais, pois muitos alegam que o trabalho acaba sendo um grande empecilho para a participação nas reuniões e conseqüentemente na vida escolar dos filhos.

Foi entregue na reunião de pais do quarto bimestre de 2014, questionários para um público em média de 40% dos pais, onde estavam contidos informações e questionamentos aos mesmos sobre o conhecimento da realidade da escola e como os pais viam a instituição e que modelo de escola eles gostariam para seus filhos, na visão de pais o que impossibilita na participação da vida estudantil dos filhos na ocasião foi explicado o objetivo do questionário e da proposta da reelaboração do PPP, bem como sua importância para a melhoria da escola. À medida que os questionários eram retornados à escola foi feito um levantamento de dados da seguinte forma:

Foi visível dentre os pais presentes que existem famílias predominantes do tipo pai e mãe 45%. Foi questionado que 70,3% do número de pessoas na família variam de 02 a 15, das famílias pesquisadas a maioria informal e os demais são formados por humildes trabalhadores rurais sonhadores no que se refere a um futuro promissor aos filhos e aos demais membros da família, percebeu que mesmo diante de tantas dificuldades com o trabalho rural são poucos que desistem dos estudos. No que se refere à formação escolar dos pais, constatou que existe desde não alfabetizados a graduados, prevalecendo à maioria com ensino fundamental incompleto.

A participação dos alunos na reelaboração do PPP se deu através de conversas e reuniões em sala de aula por turma, onde foi aplicado questionário sobre a visão do aluno sobre a instituição e que seria necessário mudar ou para haver uma melhoria na escola como um todo. Foi aplicado um questionário sócio econômico, individualmente com o objetivo de conhecer a realidade dos alunos para assim poder trabalhar de forma mais direcionada. Constatou que 60% do alunado são constituídos de classe menos favorecida, 65% são participativos e 70% têm bom grau de sociabilidade esportiva cultural e de lazer.

Ao verificar individualmente as fichas de matrículas dos alunos percebeu que a clientela desta unidade escolar é bastante diversificada, constituindo-se basicamente por filhos de pequenos agricultores e funcionários públicos, podemos detectar alguns alunos carentes e com pouco preparo.

Acreditando no pressuposto de que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE,1977, p. 69) a educação como prática de liberdade será consequência do processo educativo. Paulo freire nos diz isto muito bem: devemos assumir o papel de educadores democráticos e ousados, desenvolvendo em nossa prática educativa atitudes que reforcem a curiosidade e capacidade crítica dos alunos. Segundo os arquivos contidos na secretaria da escola os índices de faltas não justificadas é de 20% no total e justificadas é de 50% dos alunos do sexo masculino e 30% sexo feminino se ausentam da escola para colaborar com os pais na época de plantio e colheita, ocasionando 25% de baixo desempenho na aprendizagem e 19% de repetência referente ao ano de 2014, considera-se alto esses índices, pois constatou-se que no PPP, não existiam ações voltadas a superar este déficit, apesar da recuperação paralela existente bimestralmente. Percebeu-se ainda que o estudo seja limitado quase que exclusivamente a escola, cabendo a esta o importante papel de orientar o aluno a aprender a ser estudante, aprender a conviver com outros estudantes e professores e fazer aquilo que é proposto, com a melhor qualidade possível.

O nível de disciplina dos alunos é considerado bom, pois existe aluno menor responsável por si mesmo e que responde positivamente quando é chamado atenção por algum motivo. Na segunda reunião com a equipe de sistematização do PPP, pontuamos situações prioritárias que na ocasião exigia mudanças em algumas ações. Para os professores e a coordenação pedagógica foi feito as seguintes interrogações: o recurso didático da escola é suficiente e está adequada a realidade, as horas destinadas para o planejamento é suficiente, se os professores trocam ideias entre se, procuram saber o que o aluno aprendeu no ano anterior e se considera e ouve a opiniões e sugestões dos alunos.

Após esses esclarecimentos através do diagnóstico levantado percebeu-se que o trabalho coletivo apesar de ser vantajoso para a reconstrução do PPP da escola, não é tarefa fácil, pois nas

reuniões de pais, professores, alunos, certamente todos possuem conhecimentos, ideias e valores diferentes que podem gerar conflitos.

Por esses conflitos já se esperava que fosse surgir, mas foram contornados e substituídos pelo comprometimento e o compartilhar de responsabilidade de maneira que a escola foi toda envolvida na reconstrução do PPP e foi possível desta forma alcançar o desenvolvimento pleno das atividades, a partir daí foi possível viabilizar a sensibilização da comunidade escolar e geral para a necessidade da reconstrução do projeto político pedagógico. Nesse viés, a escola, aberta para toda comunidade, sem discriminação, tende a ser um estímulo para o enriquecimento das relações entre professores e alunos, pais e professores, filhos e pais, entre si, equipe gestora e comunidade local.

Após as ações do PPP o planejamento passou a ser no mesmo horário, onde todos os professores e coordenadores trabalham em equipe trocam sugestões e interagem com os colegas dos horários oposto. Ouve reclamações quanto a precariedade do material pedagógico e didático.

Em relação à avaliação os docentes relataram que sentem dificuldade de avaliar os alunos devido o quantitativo de faltas, principalmente na época do plantio e colheita. As análises de dados realizadas das respostas dos professores e equipe diretiva fez-se uma comparação do ensino-aprendizagem em relação aos últimos anos 2014, 2015, e concluiu-se que os resultados tem sido favorável e animador, pois tem tido um crescimento elevado no índice de aprendizagem dos alunos, principalmente no ano de 2015, com a implantação da proposta pedagógica voltada para Pedagogia da Alternância com projetos educacionais adequados ao calendário agrícola, onde foi possível contemplar todas as dimensões da escola. Os recursos físicos e materiais para melhor desenvolvimento das atividades percebeu-se a necessidade de uma biblioteca com mais acervos bibliográficos, quadra de esportes para as aulas de educação física, auditório para reuniões e outros eventos, também uma sala para laboratório de informática, cobertura da passarela até o portão principal, tudo voltado para a melhoria dos serviços educacionais, buscando desta forma, tornar uma escola mais prazerosa.

A partir dessas reflexões acerca do PPP propõem novos caminhos para uma escola diferente, onde todas as questões relativas ao fazer pedagógico e suas conexões com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, para que venham de encontro aos anseios da comunidade escolar.

O último encontro foi destinado para a socialização do diagnóstico levantado anteriormente como também analisar as novas ações do trabalho de reelaboração do PPP com as alterações da metodologia da Pedagogia da Alternância da escola Municipal Bernardo Guimarães que aconteceu no dia 02 de abril de 2015. Na ocasião, grande parte dos agentes da escola esteve presente e participaram efetivamente dos trabalhos. A Revista Gestão em Rede enfoca esta importância do coletivo da seguinte forma: "A reconstrução de um projeto educativo coletivo constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática" (REVISTA GESTÃO EM REDE, agosto de 2005, p. 14). Esse aspecto assume um caráter definitivo, quando se pensa na melhoria da educação e, conseqüentemente, da sociedade em que vivemos.

Fizeram parte do momento de conclusão dos trabalhos 90% dos servidores, além de contamos sempre com representantes de pais e da comunidade através dos membros do conselho escolar.

A reflexão sobre a organização da escola não é algo acabado, mas produto de relações e práticas sociais. Neste sentido a Escola Municipal Bernardo Guimarães precisou ter flexibilidade e diversificação de estratégias, para uma participação efetiva na reconstrução do seu PPP. Ao desenvolver ações, encontros e desencontros. Há consciência de que o PPP não está acabado. Entretanto a escola se sente vitoriosa com a conquista adquirida neste processo, apesar de todas as dificuldades, o saldo foi positivo.

Considerações Finais

Envolver a comunidade escolar e local se tornou um grande desafio, pois a grande maioria ainda não se sentia capaz ou mesmo responsável por esse processo, no qual foram conscientizados sobre a grande importância da educação no Povoado Brejo Fundo, através de encontros, ouvimos anseios dos pais, alunos, funcionários professores, equipe administrativa e comunidade local

através de entrevistas, reuniões objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade com base na realidade escolar. Foi preciso entender que o Projeto Político Pedagógico da escola deveria ser reestruturado para incluir as ações da Pedagogia da Alternância como uma reflexão atendimento do novo cotidiano. Para tanto, precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário a consolidação de sua proposta.

Por meio da reflexão feita, percebemos que a busca pela história da educação desta comunidade e a reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola em decorrência da Pedagogia da Alternância não foi uma tarefa fácil. Pelo contrário, tratou - se de um processo complexo com diversos enfrentamentos de ordem individual no que se refere a situações pessoais e profissionais, como também os interesses coletivos. Onde foi extremamente necessário à atuação de uma equipe gestora, capaz de articular bem todo o processo, envolveu todos os agentes da escola e a comunidade local. Percebeu ainda, que foi uma reconstrução fundamental e necessária ao bom andamento da escola e o mais importante foi possível e faz parte do cumprimento da legislação educacional vigente.

A história da educação no Povoado Brejo Fundo evidenciada pela Escola Municipal Bernardo Guimarães, com a reconstrução do projeto que se renova constantemente, na teoria e na prática, sempre buscando novas ideias, propostas e realizações, rompendo com suas formas hierárquicas, mas baseando-se no respeito, na autonomia e na responsabilidade.

Referências

BRASIL, Lei da Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9394, de 20 de Dezembro, 1996.

DAMASCENO, Maria N. ; BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre a educação rural no Brasil:** estado da arte e perspectivas. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 28 maio 2014.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico.** In: MEC, Anais da Conferencia Nacional de Educação para todo Brasil, 28/08 a 02/09/1994.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola:** Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** RJ Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CONSED - Conselho Nacional de Secretários. **Revista Gestão em Rede.** Novembro, 2008.

CONSED - Conselho Nacional de Secretários. **Revista Gestão em Rede.** Agosto, 2005.

SOARES, Edla de Araújo Lira (relatora). **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo-** Parecer36/2001. CNE/CEB, Brasília, 4 de dezembro de 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção Coletiva. In Projeto Político Pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

Recebido em 15 de agosto de 2019.

Aceito em 13 de julho de 2022.